



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIII Jornada de Extensão

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS¹

Mariana Mazzuco de Souza², Ester Eliana Hauser³, Lizelia Tissiani Ramos⁴, Juliana Bedin⁵, Janaína Fruet⁶, Carolina Menegon⁷.

¹ Projeto de extensão do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUI

² Aluna do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI, bolsista PIBEX do Projeto de Extensão Cidadania para Todos

³ Professora Orientadora, Curso de Direito – Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

⁴ Professora do Curso de Graduação em Direito – Mestre em desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

⁵ Aluna do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI, participante voluntária do Projeto de Extensão Cidadania para Todos

⁶ Aluna do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI, participante voluntária do Projeto de Extensão Cidadania para Todos

⁷ Aluna do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI, participante voluntária do Projeto de Extensão Cidadania para Todos

Resumo: O presente artigo relata as atividades realizadas no âmbito do Projeto de Extensão Cidadania para Todos, desenvolvido por alunos e professores do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUI. O referido projeto, tem como objetivo central a discussão sobre a cidadania e o acesso a direitos fundamentais consagrados na legislação, cuja efetivação é necessária para a emancipação dos indivíduos e da comunidade. Também propõe ações que visam a socialização de informações, a reflexão e mobilização das comunidades envolvidas, assegurando a realização dos objetivos que marcam a extensão universitária em sua relação de indissociabilidade com a pesquisa e o ensino.

Palavras-Chave: Dignidade da pessoa humana; Direitos Humanos; Igualdade;

Introdução

A concretização do Estado Democrático de Direito, marcado pela normatização de um amplo leque de direitos e garantias individuais e sociais, gerou a expectativa da realização de uma sociedade mais igualitária e solidária, baseada na afirmação da dignidade da pessoa humana e no acesso a direitos fundamentais. Nestes Estados a cidadania é um valor fundamental e caracteriza-se não somente pela possibilidade de participação política, exercida por meio do voto, mas, essencialmente, pela necessidade de que todos conheçam e se reconheçam como sujeitos de direitos e obrigações. (RAMOS et al, 2008)

Referindo-se ao conceito de cidadania, Marshall (apud Correa, 2010, p. 23) observa que esta representa essencialmente “... uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIII Jornada de Extensão

participação integral da comunidade...” sendo uma condição, ou um status conferido somente aqueles que são membros integrais de uma comunidade.

No entanto, a efetivação da cidadania, enquanto conquista da humanidade e valor fundamental do Estado Democrático de Direito, exige esforço, compromisso, e envolvimento de todos, pois está em permanente construção, o que impõe a cada um, de forma individual ou coletiva, a luta por seus direitos e a consciência de suas obrigações, trabalhando por melhores garantias individuais e coletivas e por uma vida melhor. Isso porque a consolidação do direito à igualdade, enquanto princípio jurídico normativo, não assegura por si só a possibilidade de acesso a condições materiais mínimas de existência com dignidade. Sobre esta questão Correa observa que “[...] a dimensão jurídica por meio da qual é institucionalmente garantida a igualdade de todos perante a lei representa uma condição necessária, mas não suficiente, da cidadania.” Isso porque embora

[...] os direitos humanos tenham por pressuposto a cidadania, assegurando em suas principais Declarações que todos nascem livres e iguais em direitos - a igualdade perante a lei -, sabe-se que na realidade concreta isso não ocorre. É esta a razão fundamental de se acrescentar à dimensão jurídica da cidadania uma dimensão política, que impende a construir coletivamente as condições materiais da dignidade humana, [...] (CORRÊA, p. 26).

A realidade mostra que parcela significativa da população jamais vivenciou plenamente a concretização de tais direitos e que, diante das transformações da ordem econômica mundial, a expectativa de acesso a condições dignas de sobrevivência torna-se ainda mais distante. O exercício pleno da cidadania ainda não é uma realidade para muitos, especialmente porque a população excluída tende a aceitar e assumir a condição de não pertencimento, percebendo como natural a exclusão e imobilizando-se diante dela.

Neste aspecto, um trabalho de extensão voltado à conscientização sobre direitos fundamentais e sobre o significado da cidadania reveste-se de importância fundamental, pois sentir-se semelhante, sentir-se sujeito de sua história e da história de sua comunidade é requisito fundamental para a afirmação da cidadania de cada um.

Metodologia

O projeto de extensão Cidadania para Todos é vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí e é desenvolvido desde o ano de 2006. Trata-se de uma proposta que objetiva o estabelecimento de uma maior integração entre a universidade e a comunidade externa, mediante a criação de espaços que permitam, por meio de discussões sobre direitos fundamentais, maior exercício da cidadania por parte do público-alvo, caracterizado por sua condição de maior vulnerabilidade social.

Busca estabelecer, por meio de debates públicos e socialização de informações, a integração entre a Universidade e comunidade externa, fomentando, além da criação de espaços públicos que garantam o exercício da cidadania, ações individuais e coletivas que busquem a efetivação de direitos consagrados na legislação.

O trabalho de extensão desenvolvido busca favorecer, por intermédio de oficinas, palestras, programas de rádio, artigos jornalísticos e intervenções em espaços públicos oficiais o exercício da cidadania, operacionalizando ações voltadas à promoção e organização de movimentos sociais no contexto escolar





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIII Jornada de Extensão

e comunitário. Objetiva também oportunizar aos acadêmicos o contato com distintas realidades sociais, garantindo a aplicação prática de conhecimentos teóricos construídos durante a formação acadêmica.

Durante a execução do projeto a temática da cidadania é discutida numa abordagem multidisciplinar, por meio de intervenções realizadas em Escolas de Ensino Médio nas cidades de Ijuí, Santa Rosa e Três Passos. Para o ano de 2012 foram organizadas seis oficinas, que envolvem as seguintes temáticas: a) Cidadania e protagonismo juvenil; b) Inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho; c) Direitos e responsabilidades de crianças e adolescentes a partir do ECA; d) Cine-cidadania; e) Violência doméstica e familiar; f) o uso da internet e os crimes virtuais; g) Violência escolar e práticas restaurativas.

Também são utilizadas como estratégias de socialização de informações o programete de rádio “Papo Cidadão”, divulgado na rádio Unijuí FM e em rádios da região, bem como o site www.cidadaniaparatodos.com.

Resultados e Discussão

Oficinas, palestras, debates, encontros, desenvolvimento de ferramentas em meio virtual, através do site do projeto (www.cidadaniaparatodos.com), vinculação com programa de rádio (Papo Cidadão), edições de cartilhas informativas são as diferentes ações capazes de demonstrar os resultados técnicos alcançados pelo projeto.

Em 2012 foram organizadas por alunos e professores participantes do projeto seis oficinas que estão sendo desenvolvidas nas Escolas Otávio Caruso da Rocha, São Geraldo e Colégio Militar Tiradentes, em Ijuí; na Escola Visconde de Cairu, em Santa Rosa, e na Escola Águia de Haia, em Três Passos. A primeira oficina denominada Dialogando com Adolescentes sobre Cidadania, visa trabalhar o protagonismo necessário para o exercício da cidadania, a fim de sensibilizar os adolescentes para a importância da participação em movimentos coletivamente organizados para enfrentamento da desigualdade social e nos espaços de controle social. A segunda oficina, denominada Mercado de Trabalho: uma inserção legal procura esclarecer aspectos relativos às condições de ingresso e manutenção do jovem no mercado de trabalho, a partir da análise dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Brasileira, bem como informar sobre garantias previdenciárias e benefícios assistenciais previstos na Legislação Brasileira e suas condições de acesso. A terceira oficina, denominada O ECA, os Direitos e Responsabilidades de Crianças e Adolescentes, busca discutir temas relacionados aos direitos de crianças e adolescentes, apresentando aos estudantes o significado da doutrina da proteção integral, bem como apresentar e avaliar as medidas protetivas e socioeducativas aplicáveis à adolescentes em situação de risco e em conflito com a lei penal. A quarta oficina, denominada Cine Cidadania, busca trabalhar temas relacionados aos direitos fundamentais a partir da exibição de filmes e posterior debate com o público. Tal oficina procura inserir a arte do cinema no processo de ensino-aprendizagem por meio de uma visão multidisciplinar, de forma a favorecer o acesso aos alunos à produção cinematográfica de qualidade, a fim de proporcionar um amplo debate entre a arte e a vida, e também analisar a realidade social e jurídica contemporânea. A quinta oficina, denominada Violência Doméstica e Familiar, busca por meio da análise das transformações do papel da mulher na sociedade e da evolução da legislação correlata, capacitar os alunos sobre a compreensão da



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIII Jornada de Extensão

proteção legislativa conferida à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como informar sobre a rede de proteção que visa amparar a mulher vitimada e seus filhos. A sexta oficina, chamada Como Navegar na Internet sem Naufragar no Crime, visa capacitar os alunos a compreender as conseqüências jurídicas de algumas condutas adotadas no ambiente virtual, informar sobre técnicas e mecanismos de proteção no uso da internet e de locais para denunciar a ocorrência de crimes virtuais de modo a despertar o adolescente para uma navegação consciente e segura no ambiente virtual. A sétima oficina, denominada Violência Escolar e Práticas Restaurativas, é dirigida à professores e alunos de magistério, e busca apresentar os principais conceitos e princípios que envolvem a discussão sobre a Justiça Restaurativa, apresentando este novo modelo de resolução de conflitos como uma estratégia alternativa de enfrentamento da violência escolar.

Dentre os 40 encontros projetados para a realização das oficinas mencionadas, já foram realizadas 18, sendo que os restantes estão programados para os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Os resultados obtidos junto ao público alvo são bastante significativos, pois com a realização dos encontros e oficinas procura-se garantir o máximo de participação e envolvimento do grupo. As oficinas permitem que as pessoas exponham suas principais dúvidas, preocupações e necessidades e garantem que a abordagem das temáticas se faça a partir da realidade vivenciada pelos participantes. Nesse aspecto os espaços de trabalho têm sido extremamente ricos em discussões e reflexões, o que permite aos participantes vivenciarem, na prática a ideia de cidadania.

As vivências nos distintos grupos demonstram que estes possuem um certo grau de conhecimento em relação a direitos individuais, sociais e coletivos previstos em lei, mas percebe-se, paralelamente, uma acentuada descrença em relação a sua efetivação prática, o que desencadeia sentimentos de exclusão, apatia e não pertencimento. Nessa perspectiva o trabalho do grupo executor assume o desafio de alertar os grupos envolvidos para sua condição cidadãos, instigando-os sobre a importância da participação, da mobilização e da consciência sobre direitos fundamentais.

Por outro lado essa experiência traz oportunidade de aprendizado significativo, pois o contato dos acadêmicos com a realidade vivenciada por diferentes grupos da sociedade permite a exata percepção da realidade social e também maior compreensão do seu papel como futuros profissionais e cidadãos, no desafio de construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Além das oficinas realizadas junto ao público alvo também são produzidos artigos pelos alunos bolsistas do projeto, prática esta que exige e os estimula para a pesquisa em determinada área do conhecimento jurídico. Os artigos são publicados no próprio site do projeto, bem como, em jornais virtuais dos municípios e, ainda, ocupam espaço na coluna do leitor em jornais impressos da cidade e região. Para 2012 o grupo assumiu o desafio de publicar um livro a partir de artigos científicos produzidos com enfoque nas diferentes temáticas abordadas pelo projeto, tarefa esta que já se encontra em fase de finalização, tendo seu lançamento previsto para o mês novembro de 2012.

O programa de rádio “Papo Cidadão”, produzido e apresentado por professores e alunos que integram o projeto, é outro importante resultado a ser mencionado. Por meio dele são realizadas entrevistas que buscam trazer informações sobre direitos fundamentais de uma forma simples à comunidade. Referido programa, é veiculado, semanalmente, na rádio Unijuí FM e em outras rádios da região de abrangência da universidade.





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIII Jornada de Extensão

Conclusão

O projeto Cidadania para Todos tem sido um importante instrumento de socialização, reflexão e mobilização das comunidades/grupos envolvidos, assegurando a consecução dos objetivos que marcam a extensão universitária. Os resultados alcançados são altamente satisfatórios. O trabalho proporciona à comunidade esclarecimentos sobre temas jurídicos relacionados as suas relações comunitárias e familiares, auxiliando-os a superar o desconhecimento sobre direitos e deveres e a compreender o papel de cada indivíduo, enquanto protagonista na construção de sua história e na história de sua comunidade.

O aprofundamento da relação universidade/comunidade, efetivado por meio das atividades desenvolvidas pelo projeto, reflete a preocupação com a constituição de espaços qualificados de debate e reflexão sobre o sentido da cidadania e sobre o necessário protagonismo dos sujeitos no processo de consolidação da inclusão numa perspectiva de maior igualdade.

Referências

- CORRÊA, Darcísio. Estado, cidadania e espaço público: as contradições da trajetória humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. Rio de Janeiro: Fase, ano 23, n. 65, jun 1995.
- RAMOS, Lizelia; PADOIN, Fabiana; HAUSER, Ester; GATTO, Joaquim; BAGATINI, Julia; ALBRECHT, Diego. Cidadania para todos: Em busca da Inclusão Social. IN: Direito em Debate. N. 30, jul/dez 2008. Ijuí: Ed. Unijuí.
- SARLET, Ingo. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.